# LEI Nº 14.562/2023

## ADULTERAÇÃO DE SINAL IDENTIFICADOR DE VEÍCULO

*Quadros comparativos, diagramas,*
*links para o novo texto legal, artigos, vídeos e redes sociais*

JUNHO/2023

MATERIAL EXTRA! CONCEITOS LEGAIS E ILUSTRAÇÕES

Cadicrim
Centro de Apoio da
Seção de Direito Criminal

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

Centro de Apoio da Seção de Direito Criminal

MEMBROS Cadicrim
BIÊNIO **2022-2023**

Desembargador **Francisco José Galvão Bruno**
(Presidente da Seção de Direito Criminal)

Desembargador **Adalberto José Queiroz Telles de Camargo Aranha Filho**

Desembargador **Luiz Antonio Figueiredo Gonçalves**

Desembargador **Newton de Oliveira Neves**

Juiz **André Carvalho e Silva de Almeida**
(Juiz Substituto em 2º Grau)

Juiz **Jayme Garcia dos Santos Júnior**
(Assessor da Presidência da Seção de Direito Criminal)

Juiz **Rafael Henrique Janela Tamai Rocha**
(Assessor da Presidência da Seção de Direito Criminal)

**EQUIPE** Cadicrim
Jessie Char
Cynthia Tejo
Sílvia Secco
Telma Kratz
Jessica Machado
Ronaldo Barberis

# SUMÁRIO


NOTA EXPLICATIVA ____ 5

1. JUSTIFICATIVA DA LEI ____ 6

2. A LEI Nº 14.562/2023 ____ 8

2.1. ALTERAÇÕES NO CÓDIGO PENAL ____ 9

2.1.1. *Caput* do art. 311 ____ 9

2.1.1.1. Diagrama detalhado ____ 10

2.1.2. Parágrafo 2º do art. 311 ____ 11

2.1.2.1. Diagrama simplificado ____ 12

2.1.3. Parágrafos 3º e 4º do art. 311 ____ 13

2.1.3.1. Diagrama simplificado ____ 13

3. OS VEÍCULOS NO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO (CTB) ____ 14

3.1. CLASSIFICAÇÃO DOS VEÍCULOS ____ 14

3.2. DEFINIÇÕES DOS TIPOS DE VEÍCULOS ____ 16

3.3. IDENTIFICAÇÃO DOS VEÍCULOS ____ 19

3.3.1. Número de identificação do veículo - "número do chassi" ____ 21

3.4. PENALIDADES ADMINISTRATIVAS ____ 22

4. ILUSTRAÇÕES ____ 23

4.1. CHASSI E MONOBLOCO ____ 23

4.2. REBOQUE E SEMIRREBOQUE ____ 23

5. ARTIGOS ____ 24

- Lei 14.562/23: Altera o art. 311 do CP para ampliar as condutas puníveis na adulteração de sinal identificador de veículo ____ 24
- Artigo 311 do Código Penal. Alterações promovidas pela Lei 14.562/2023 ____ 24
- Novas tipificações e implicações na subtração e na adulteração de veículos ____ 24
- A Lei Nº 14.562, de 26 de Abril de 2023 e o crime de adulteração de sinal de identificador de veículo (Art. 311 do CP) ____ 25
- Placa artesanal e adulteração de motor: veja os novos crimes do artigo 311 do CP ____ 25
- Adulteração de sinal identificador de veículo automotor: inovações promovidas pela Lei 14.562 ____ 25

# SUMÁRIO

**6. VÍDEOS** ____ **26**

Canal Alguma Dúvida ____ 26

Canal Felipe Martins - Delegado ____ 26

**7. REDES SOCIAIS** ____ **27**

**SOBRE O CADICRIM** ____ **28**

# NOTA EXPLICATIVA

Tendo em vista que a Lei nº 14.562, de 26 de abril de 2023, promoveu alterações no art. 311 do **Código Penal**, o Centro de Apoio da Seção de Direito Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo (Cadicrim) reuniu, neste material de apoio, *links* para acesso ao novo texto legal, artigos e vídeos[1], bem como elaborou quadros e diagramas, visando auxiliar os operadores do Direito Criminal.

O propósito deste trabalho não é comentar ou interpretar a nova lei, apenas divulgá-la e facilitar o acesso aos estudos produzidos.

Todos os tópicos em azul/sublinhado são *hiperlinks*, basta clicar.

Os resultados compilados são de **junho/2023**.

Para ver nosso material sobre a

**Lei nº 14.550/2023**
**Medidas Protetivas de Urgência**

**Clique na imagem ao lado**

Veja outras publicações do Cadicrim acessando nossa página na internet em:
http://www.tjsp.jus.br/SecaoDireitoCriminal/SecaoDireitoCriminal/Cadicrim

[1] As ideias e opiniões expostas nos artigos e vídeos aqui elencados são de responsabilidade exclusiva dos autores e não refletem a opinião do Tribunal de Justiça de São Paulo.

# 1. JUSTIFICATIVA DA LEI

Apresentado à Câmara dos Deputados em 03/10/2019 o PL 5385/2019 (Projeto de Lei que se transformou na Lei nº 14.562/2023) assim justificou a necessidade das alterações legislativas propostas:

O combate à criminalidade no Brasil passa necessariamente pela atualização da legislação penal, como ocorreu com a Lei nº 9.426/1996, que alterou o art. 311 do Código Penal, que trata da tipificação e da respectiva sanção decorrente da conduta de adulteração de sinal identificador de veículo automotor.

Contudo, situações recentes têm demonstrado que a Lei penal já não mais comporta uma série de outros crimes que tem por finalidade a receptação de veículos não categorizados como automotores, como reboques, monoblocos dentre outros.

Apenas no ano de 2016, foram registrados no país 556.330 ocorrências de roubo/furto de veículos, sendo que 330.920 foram recuperados, ou seja, 54,63% do total. Dessa forma, somente no ano passado 225.410 veículos podem ter voltado à circulação totalmente adulterados. Ocorre que o artigo 311 do Código Penal trata apenas do crime de adulteração de veículos automotores, não estando tipificado o crime de receptação de outros tipos de veículos, o que tem alimentado uma indústria de roubo, receptação e adulteração de veículos não automotores, como reboques. A não tipificação desse crime gerou, recentemente, decisão do STJ que trancou ação penal movida contra dois indivíduos acusados de adulteração de placa de reboque frigorífico. Segundo a relatora do Recurso em Habeas Corpus, Ministra Laurita Vaz, "desse modo, constata-se que a conduta imputada aos recorrentes – adulteração de placa de semirreboque – é formalmente atípica, pois não se amolda à previsão do artigo 311, caput, do Código Penal, de modo que, em

VOLTAR AO SUMÁRIO

atenção ao princípio da legalidade, é de rigor o trancamento da ação penal quanto ao delito em análise". A 6ª Turma do STJ acatou o argumento da defesa, segundo a qual a lei prevê o enquadramento penal apenas quando tenha sido adulterado qualquer um dos sinais identificadores de um veículo automotor e, no caso em análise, a adulteração foi feita em um semirreboque, que não se enquadraria na descrição do tipo penal.

Diante de notório vácuo legal, agora admitido pelo Superior Tribunal de Justiça, percebe-se a urgência de adequação da lei penal para que crimes desse tipo não permaneçam impunes, estimulando a ação de delinquentes contra o patrimônio privado.[2]

Sala das sessões, 2019

Deputado PAULO GANIME
NOVO/RJ

Para ver o trâmite completo da norma no Congresso Nacional, clique **aqui**

[2] Sem destaques no original.

VOLTAR AO SUMÁRIO

# 2. A LEI Nº 14.562/2023

Promulgada em 26 de abril de 2023, a **Lei nº 14.562** tem a seguinte ementa:

> Altera o art. 311 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (**Código Penal**), para criminalizar a conduta de quem adultera sinal identificador de veículo não categorizado como automotor.

As modificações no **Código Penal** introduzidas pela nova lei foram:

- **Alteração** da redação do *caput* do **art. 311**;
- **Alteração** da redação do **§ 2º** do art. 311 e inclusão de 3 (três) incisos;
- **Inclusão** dos **§§ 3º** e **4º** ao art. 311.

Veja no próximo tópico cada uma delas detalhadamente:

VOLTAR AO SUMÁRIO

## 2.1. ALTERAÇÕES NO CÓDIGO PENAL

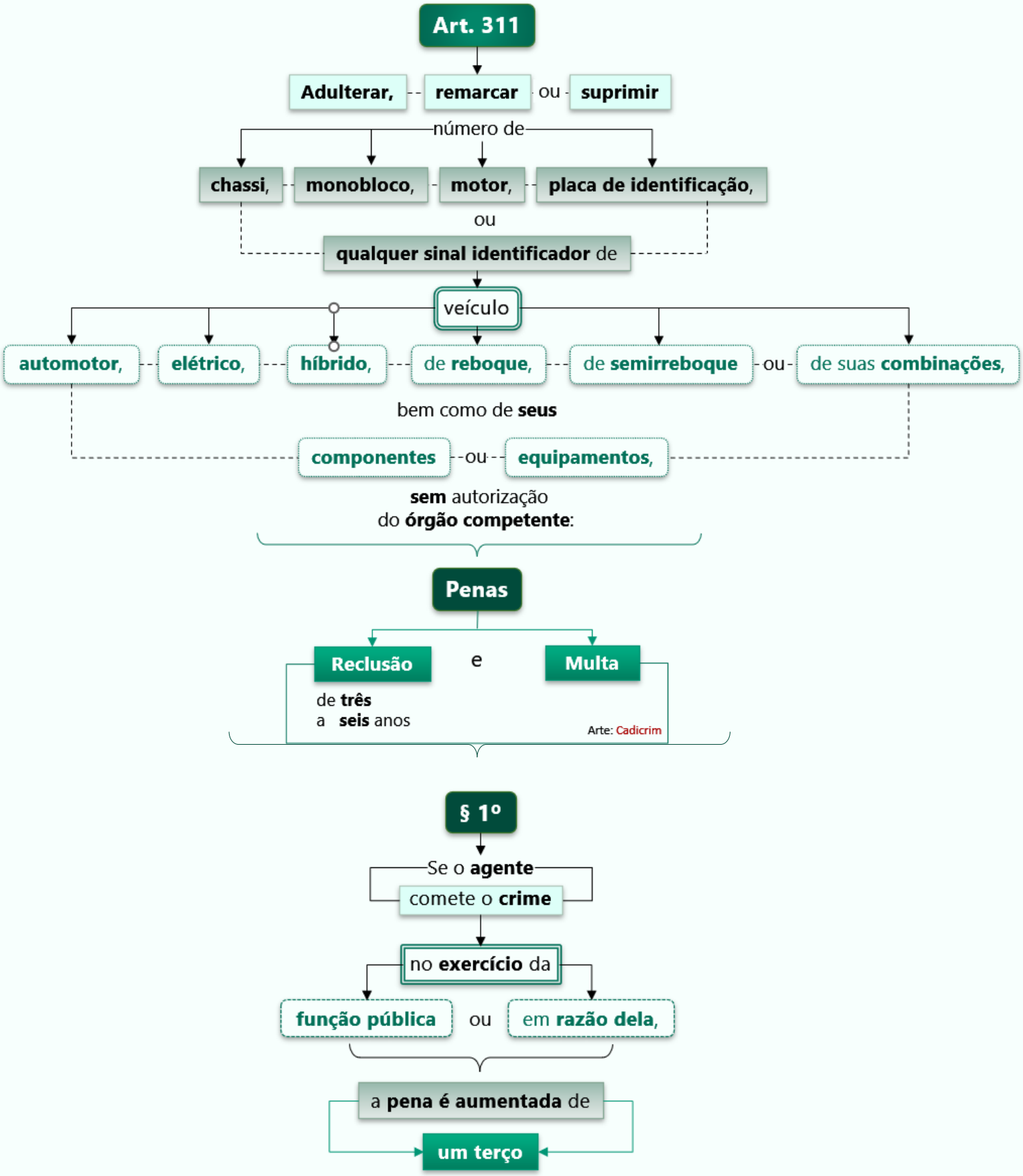
| LEGENDA |
| --- |
| **Azul**: Redação mantida<br>**Vermelho**: Redação nova |

### 2.1.1. *CAPUT* DO ART. 311

| Dispositivo anterior | Redação da Lei nº 14.562/2023 |
| --- | --- |
| **Art. 311** - Adulterar ou remarcar número de chassi ou qualquer sinal identificador de veículo automotor, de seu componente ou equipamento: | **Art. 311**. Adulterar, remarcar ou suprimir número de **chassi**, **monobloco**, motor, placa de identificação, ou qualquer sinal identificador de veículo automotor, elétrico, híbrido, de **reboque**, de **semirreboque** ou de suas combinações, bem como de seus componentes ou equipamentos, sem autorização do órgão competente: |
| **Pena** - reclusão, de três a seis anos, e multa. | |
| **§ 1º** - Se o agente comete o crime no exercício da função pública ou em razão dela, a pena é aumentada de um terço. | |

Veja a seguir o tipo penal em diagrama detalhado:

### 2.1.1.1. DIAGRAMA DETALHADO



## 2.1.2. PARÁGRAFO 2º DO ART. 311

| Dispositivo anterior | Redação da Lei nº 14.562/2023 |
|---|---|
| **§ 2º** Incorre nas mesmas penas (o funcionário público que contribui para o licenciamento ou registro do veículo remarcado ou adulterado, fornecendo indevidamente material ou informação oficial): | **§ 2º** Incorrem nas mesmas penas do *caput* deste artigo: |
| REDAÇÃO FAZIA PARTE DO *CAPUT* | **I** - o funcionário público que contribui para o licenciamento ou registro do veículo remarcado ou adulterado, fornecendo indevidamente material ou informação oficial; |
| SEM CORRESPONDENTE ANTERIOR | **II** - aquele que adquire, recebe, transporta, oculta, mantém em depósito, fabrica, fornece, a título oneroso ou gratuito, possui ou guarda maquinismo, aparelho, instrumento ou objeto especialmente destinado à falsificação e/ou adulteração de que trata o *caput* deste artigo; ou |
| SEM CORRESPONDENTE ANTERIOR | **III** - aquele que adquire, recebe, transporta, conduz, oculta, mantém em depósito, desmonta, monta, remonta, vende, expõe à venda, ou de qualquer forma utiliza, em proveito próprio ou alheio, veículo automotor, elétrico, híbrido, de reboque, semirreboque ou suas combinações ou partes, com número de chassi ou monobloco, placa de identificação ou qualquer sinal identificador veicular que devesse saber estar adulterado ou remarcado. |

Veja o § 2º em diagrama simplificado:

### 2.1.2.1. DIAGRAMA SIMPLIFICADO

**§ 2º**

Incorrem nas **mesmas penas** do ***caput*** deste artigo:

**I** o funcionário público que **CONTRIBUI** para o licenciamento ou registro do veículo **remarcado** ou **adulterado**, **FORNECENDO indevidamente** material ou informação oficial;

**II** aquele que **ADQUIRE**, **RECEBE**, **TRANSPORTA**, **OCULTA**, **MANTÉM EM DEPÓSITO**, **FABRICA**, **FORNECE**, a título **oneroso** ou **gratuito**, **POSSUI** ou **GUARDA** maquinismo, aparelho, instrumento ou objeto especialmente destinado à **falsificação** e/ou **adulteração** de que trata o *caput* deste artigo; ou

**III** aquele que **ADQUIRE**, **RECEBE**, **TRANSPORTA**, **CONDUZ**, **OCULTA**, **MANTÉM em DEPÓSITO**, **DESMONTA**, **MONTA**, **REMONTA**, **VENDE**, **EXPÕE À VENDA**, ou de qualquer forma **UTILIZA**, em **proveito próprio** ou **alheio**, veículo automotor, elétrico, híbrido, de reboque, semirreboque ou suas combinações ou partes, com **número de chassi** ou **monobloco**, **placa de identificação** ou **qualquer sinal** identificador veicular que **DEVESSE SABER** estar **adulterado** ou **remarcado**.

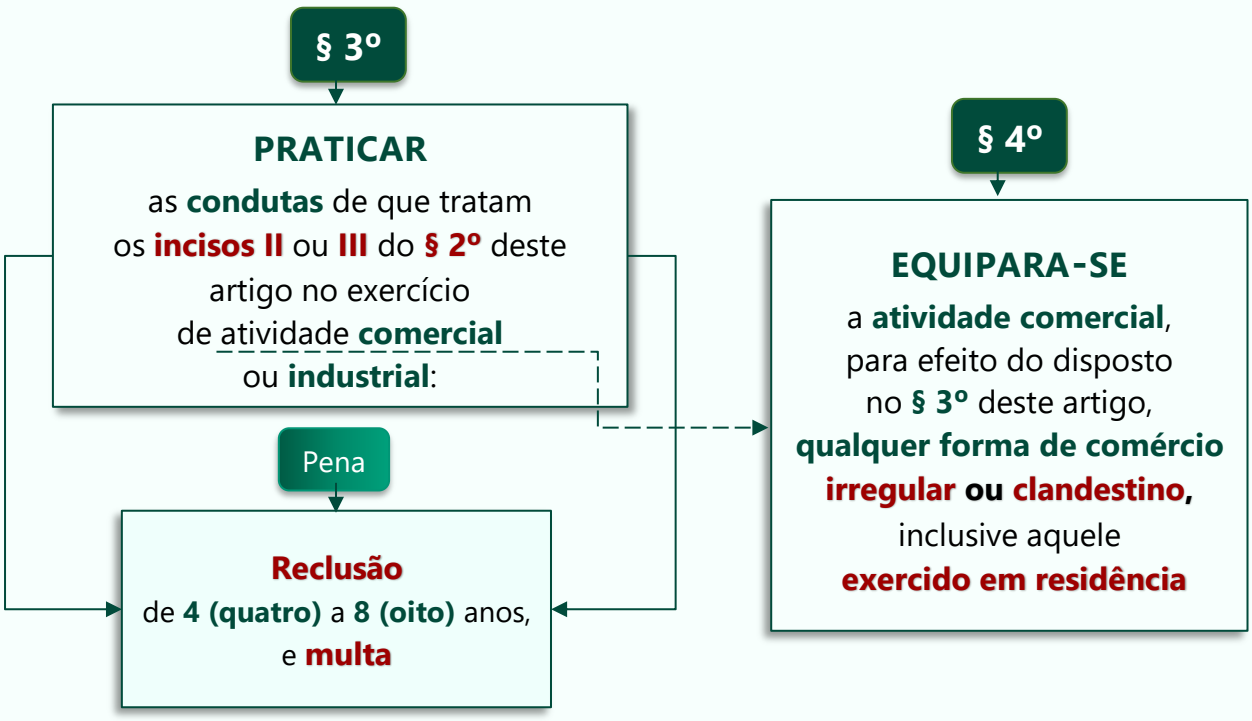
VOLTAR AO SUMÁRIO

### 2.1.3. PARÁGRAFOS 3º E 4º DO ART. 311

| Dispositivo anterior | Redação da Lei nº 14.562/2023 |
|---|---|
| SEM CORRESPONDENTE ANTERIOR | **§ 3º** Praticar as condutas de que tratam os incisos II ou III do § 2º deste artigo no exercício de atividade comercial ou industrial:<br>**Pena** - reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos, e multa. |
| SEM CORRESPONDENTE ANTERIOR | **§ 4º** Equipara-se a atividade comercial, para efeito do disposto no § 3º deste artigo, qualquer forma de comércio irregular ou clandestino, inclusive aquele exercido em residência. |

Veja os §§ 3º e 4º em diagrama simplificado:

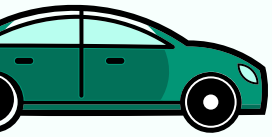
#### 2.1.3.1. DIAGRAMA SIMPLIFICADO

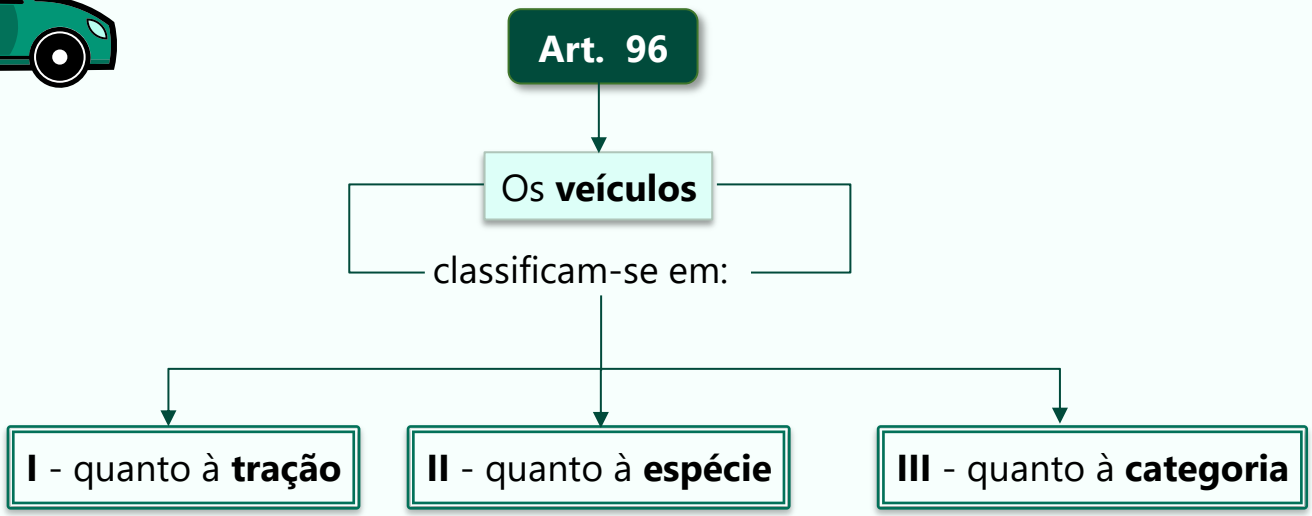


# 3. OS VEÍCULOS NO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO (CTB)

## 3.1. CLASSIFICAÇÃO DOS VEÍCULOS

O CTB faz a seguinte classificação dos veículos:





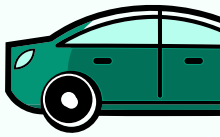

Veja cada um dos tipos nos quadros a seguir:

| | |
|---|---|
| I - quanto à tração: | a) automotor; |
| | b) elétrico; |
| | c) de propulsão humana; |
| | d) de tração animal; |
| | e) reboque ou semirreboque; |

Não constam da redação do art. 311 do Código Penal

| | | |
|---|---|---|
| **II** - quanto à **espécie**: | **a)** de passageiros: | **1** - bicicleta; |
| | | **2** - ciclomotor; |
| | | **3** - motoneta; |
| | | **4** - motocicleta; |
| | | **5** - triciclo; |
| | | **6** - quadriciclo; |
| | | **7** - automóvel; |
| | | **8** - micro-ônibus; |
| | | **9** - ônibus; |
| | | **10** - bonde; |
| | | 11 - reboque ou semirreboque; |
| | | **12** - charrete; |
| | **b)** de carga: | **1** - motoneta; |
| | | **2** - motocicleta; |
| | | **3** - triciclo; |
| | | **4** - quadriciclo; |
| | | **5** - caminhonete; |
| | | **6** - caminhão; |
| | | **7** - reboque ou semirreboque; |
| | | **8** - carroça; |
| | | **9** - carro-de-mão; |
| | **c)** misto: | **1** - camioneta; |
| | | **2** - utilitário; |
| | | **3** - outros; |
| | **d)** de competição; | |
| | **e)** de tração: | **1**- caminhão-trator; |
| | | **2** - trator de rodas; |
| | | **3** - trator de esteiras; |
| | | **4** - trator misto; |
| | **f)** especial; | |
| | **g)** de coleção; | |

| | |
|---|---|
| **III** - quanto à **categoria**: | **a)** oficial; |
| | **b)** de representação diplomática, de repartições consulares de carreira **ou** organismos internacionais acreditados junto ao Governo brasileiro; |
| | **c)** particular; |
| | **d)** de aluguel; |
| | **e)** de aprendizagem. |



## 3.2. DEFINIÇÕES DOS TIPOS DE VEÍCULOS

No Anexo I do CTB constam as definições de cada tipo de veículo:

| | |
|---|---|
| **AUTOMÓVEL** | Veículo automotor destinado ao transporte de passageiros, com capacidade para **até oito pessoas**, exclusive o condutor. |
| **BICICLETA** | Veículo de **propulsão humana**, dotado de duas rodas, não sendo, para efeito deste Código, similar à motocicleta, motoneta e ciclomotor. |
| **CAMINHÃO-TRATOR** | Veículo automotor destinado a **tracionar** ou **arrastar** outro. |
| **CAMINHONETE** | Veículo destinado ao **transporte de carga** com peso bruto total de até três mil e quinhentos quilogramas. |
| **CAMIONETA** | Veículo **misto** destinado ao transporte de passageiros e carga no mesmo compartimento. |
| **CAMINHÃO** | Veículo automotor destinado ao **transporte de carga** com peso bruto total superior a 3.500 kg (três mil e quinhentos quilogramas), podendo tracionar ou arrastar outro veículo, respeitada a capacidade máxima de tração. |
| **CARRO-DE-MÃO** | Veículo de **propulsão humana** utilizado no transporte de pequenas cargas. |

| | |
|---|---|
| **CARROÇA** | Veículo de **tração animal** destinado ao transporte de carga. |
| **CHARRETE** | Veículo de **tração animal** destinado ao transporte de pessoas. |
| **CICLO** | Veículo de pelo menos duas rodas a **propulsão humana**. |
| **CICLOMOTOR** | Veículo de 2 (duas) ou 3 (três) rodas, provido de **motor de combustão interna**, cuja cilindrada não exceda a 50 $cm^3$ (cinquenta centímetros cúbicos), equivalente a 3,05 $pol^3$ (três polegadas cúbicas e cinco centésimos), ou de motor de propulsão elétrica com potência máxima de 4 kW (quatro quilowatts), e cuja velocidade máxima de fabricação não exceda a 50 Km/h (cinquenta quilômetros por hora). |
| **MICRO-ÔNIBUS** | Veículo automotor de transporte coletivo com capacidade para até **vinte passageiros**. |
| **MOTOCICLETA** | Veículo automotor de duas rodas, com ou sem *sidecar*, dirigido por condutor em **posição montada**. |
| **MOTONETA** | Veículo automotor de duas rodas, dirigido por condutor em **posição sentada**. |
| **MOTOR-CASA (MOTOR-HOME)** | Veículo automotor cuja carroçaria seja fechada e destinada a **alojamento**, **escritório**, **comércio** ou finalidades análogas. |
| **ÔNIBUS** | Veículo automotor de transporte coletivo com capacidade para **mais de vinte passageiros**, ainda que, em virtude de adaptações com vista à maior comodidade destes, transporte número menor. |
| **REBOQUE** | Veículo destinado a ser **engatado atrás** de um veículo automotor. |
| **SEMIRREBOQUE** | Veículo de um ou mais eixos que **se apoia** na sua unidade tratora ou é a ela **ligado** por meio de articulação. |
| **TRAILER** | **Reboque** ou **semirreboque** tipo **casa**, com duas, quatro, ou seis rodas, acoplado ou adaptado à traseira de automóvel ou camionete, utilizado em geral em atividades turísticas como alojamento, ou para atividades comerciais. |

| | |
|---|---|
| **TRATOR** | Veículo automotor construído para realizar **trabalho agrícola**, de construção e pavimentação e tracionar outros veículos e equipamentos. |
| **UTILITÁRIO** | Veículo **misto** caracterizado pela **versatilidade** do seu uso, inclusive fora de estrada. |
| **VEÍCULO ARTICULADO** | Combinação de **veículos acoplados**, sendo um deles automotor. |
| **VEÍCULO AUTOMOTOR** | Todo veículo a **motor de propulsão** que circule por seus próprios meios, e que serve normalmente para o **transporte viário de pessoas e coisas**, ou para a tração viária de veículos utilizados para o transporte de pessoas e coisas. O termo compreende os veículos conectados a uma linha elétrica e que não circulam sobre trilhos (ônibus elétrico). |
| **VEÍCULO DE CARGA** | Veículo destinado ao **transporte de carga**, podendo transportar dois passageiros, exclusive o condutor. |
| **VEÍCULO DE COLEÇÃO** | Veículo fabricado **há mais de 30 (trinta) anos**, original ou modificado, que possui valor histórico próprio. |
| **VEÍCULO CONJUGADO** | **Combinação de veículos**, sendo o primeiro um veículo automotor e os demais reboques ou equipamentos de trabalho agrícola, construção, terraplenagem ou pavimentação. |
| **VEÍCULO DE GRANDE PORTE** | Veículo automotor destinado ao transporte de carga com peso bruto total máximo **superior a dez mil quilogramas** e de passageiros, **superior a vinte passageiros**. |
| **VEÍCULO DE PASSAGEIROS** | Veículo destinado ao **transporte de pessoas** e suas bagagens. |
| **VEÍCULO MISTO** | Veículo automotor destinado ao **transporte simultâneo** de carga e passageiro. |
| **VEÍCULO EM ESTADO DE ABANDONO** | Veículo estacionado na via ou em estacionamento público, **sem capacidade de locomoção** por meios próprios e que, devido a seu estado de conservação e **processo de deterioração**, ofereça risco à saúde pública, à segurança pública ou ao meio ambiente, independentemente de encontrar-se estacionado em local permitido. |

## 3.3. IDENTIFICAÇÃO DOS VEÍCULOS

Sobre a identificação dos veículos o CTB dispõe:

**RESOLUÇÃO CONTRAN Nº 968, DE 20 DE JUNHO DE 2022**

Estabelece o critério de identificação de veículos, a que se refere o art. 114 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB)

**Art. 114**

O veículo será **identificado obrigatoriamente** por **caracteres gravados** no **chassi** ou no **monobloco**, reproduzidos em outras partes, conforme dispuser o **CONTRAN**.

**§ 1º** A **gravação** será realizada pelo **fabricante** ou **montador**, de modo a identificar o **veículo**, seu **fabricante** e as suas **características**, além do **ano de fabricação**, que **não poderá** ser alterado.

**§ 2º** As **regravações**, quando necessárias, dependerão de **prévia autorização** da **autoridade executiva de trânsito** e somente serão processadas por **estabelecimento** por ela **credenciado**, mediante a **comprovação** de **propriedade do veículo**, **mantida a mesma** identificação anterior, inclusive o ano de fabricação.

**§ 3º** **Nenhum proprietário** poderá, sem prévia permissão da autoridade executiva de trânsito, **fazer**, ou **ordenar** que se faça, **modificações da identificação** de seu veículo.

VOLTAR AO SUMÁRIO

## Art. 115

O veículo será **identificado externamente** por meio de **placas dianteira** e **traseira**, sendo esta lacrada em sua estrutura, obedecidas as especificações e modelos estabelecidos pelo **CONTRAN**.

**§ 1º** Os **caracteres das placas** serão individualizados para cada veículo e o acompanharão até a baixa do registro, sendo **vedado** seu reaproveitamento.

**§ 2º** As **placas** com as cores **verde e amarela da Bandeira Nacional** serão usadas somente pelos veículos de representação pessoal do Presidente e do Vice-Presidente da República, dos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, do Presidente e dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, dos Ministros de Estado, do Advogado-Geral da União e do Procurador-Geral da República.

**§ 3º** Os veículos de representação dos Presidentes dos Tribunais Federais, dos Governadores, Prefeitos, Secretários Estaduais e Municipais, dos Presidentes das Assembleias Legislativas, das Câmaras Municipais, dos Presidentes dos Tribunais Estaduais e do Distrito Federal, e do respectivo chefe do Ministério Público e ainda dos Oficiais Generais das Forças Armadas terão **placas especiais**, de acordo com os modelos estabelecidos pelo **CONTRAN**.

**§ 4º** Os aparelhos automotores destinados a **puxar ou a arrastar maquinaria** de qualquer natureza ou a executar trabalhos de construção ou de pavimentação são sujeitos ao registro na repartição competente, se transitarem em via pública, **dispensados** o licenciamento e o emplacamento.

**§ 4º-A** Os **tratores** e demais aparelhos automotores **destinados a puxar** ou **a arrastar maquinaria agrícola** ou a executar trabalhos agrícolas, desde que facultados a transitar em via pública, são sujeitos ao registro único, sem ônus, em cadastro específico do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, acessível aos componentes do Sistema Nacional de Trânsito.

**§ 5º** O disposto neste artigo não se aplica aos veículos de **uso bélico**.

**§ 6º** Os veículos de **duas** ou **três rodas** são **dispensados** da **placa dianteira**.

**§ 7º** **Excepcionalmente**, mediante autorização específica e fundamentada das respectivas corregedorias e com a devida comunicação aos órgãos de trânsito competentes, os veículos utilizados por membros do Poder Judiciário e do Ministério Público que exerçam competência ou atribuição criminal poderão temporariamente ter **placas especiais**, de forma a impedir a identificação de seus usuários específicos, na forma de regulamento a ser emitido, conjuntamente, pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ, pelo Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP e pelo Conselho Nacional de Trânsito - **CONTRAN**.

**§ 8º** Os **veículos artesanais** utilizados para **trabalho agrícola** (jericos), para efeito do registro de que trata o § 4º-A, ficam dispensados da exigência prevista no art. 106.

**§ 9º** As **placas** que possuírem **tecnologia** que permita a identificação do veículo ao qual estão atreladas são **dispensadas** da utilização do **lacre** previsto no *caput*, na forma a ser regulamentada pelo **Contran**.

**§ 10º** O **Contran** estabelecerá os meios técnicos, de uso obrigatório, para garantir a identificação dos veículos que transitarem por **rodovias** e **vias urbanas** com cobrança de uso pelo sistema de livre passagem.

## 3.3.1. NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO VEÍCULO - "NÚMERO DO CHASSI"

O inciso I do artigo 3º da Resolução CONTRAN nº 968/2022 define o **Número de Identificação do Veículo** - **VIN** (*Vehicle Identification Number*):

**Art. 3º** → I - **VIN** - **Número de Identificação do Veículo**: combinação de **17 caracteres**, estruturada em **três seções** (**WMI/VDS/VIS**), designada a um veículo por seu fabricante para **fins de identificação**;

Já o artigo 5º da mesma norma dispõe:

**Art. 5º** → O **VIN** deve ser **gravado** no lado direito do **chassi** ou **monobloco**, de acordo com as especificações e formatos estabelecidos pela norma da Associação Brasileira de Normas Técnicas (**ABNT**) **NBR 6066:2022**, em profundidade mínima de 0,2 mm.

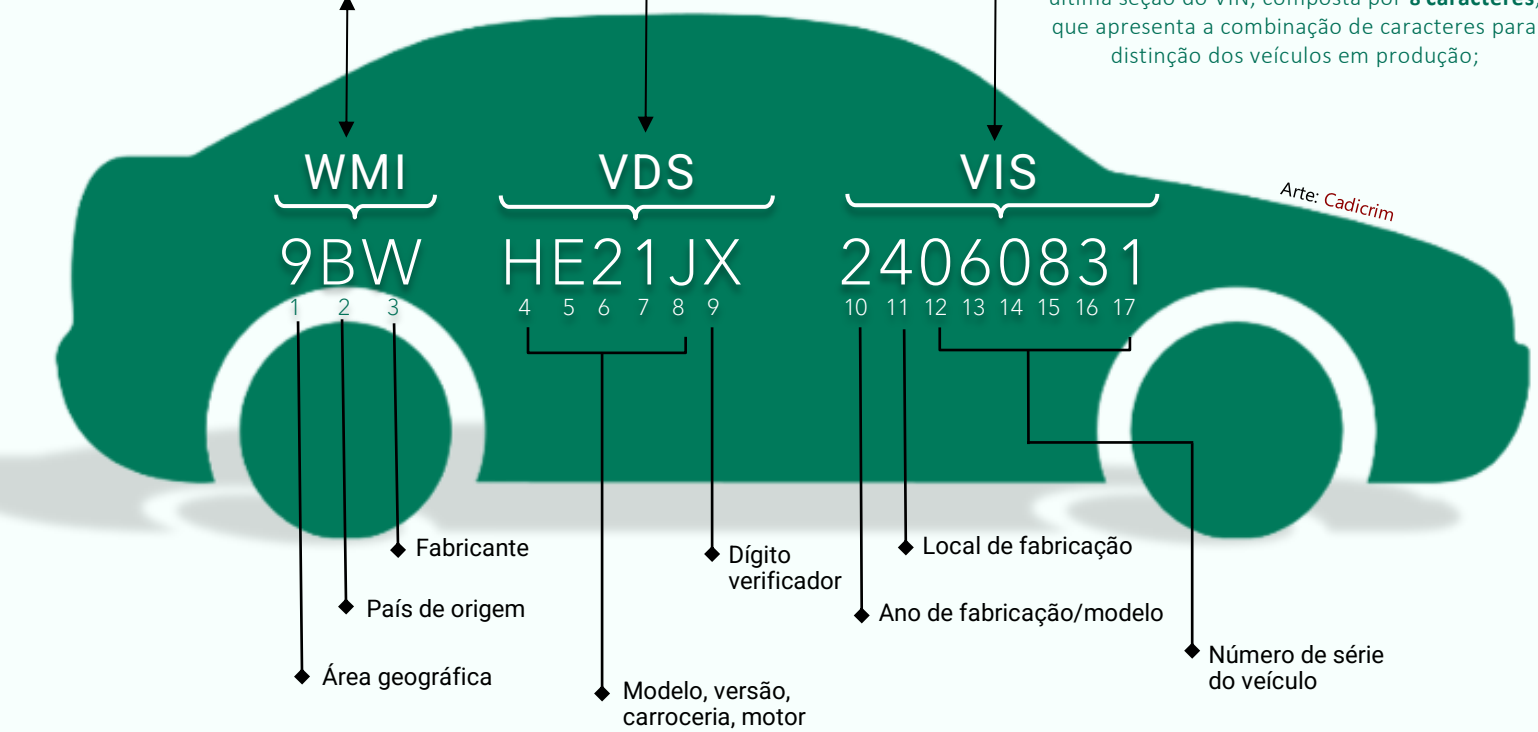
**NBR 6066:2022**
Veículos rodoviários
Número de identificação de veículos (VIN)

➔ Veja a constituição do **VIN** (conhecido como "**número do chassi**")

**WMI**
(*World Manufacturer Identifier*)
**Identificador Internacional do Fabricante**: primeira seção do VIN, composta por **3 caracteres**, que identifica o fabricante do veículo;

**VDS**
(*Vehicle Description Section*)
**Seção Descritiva do Veículo:** segunda seção do VIN, composta por **6 caracteres**, que fornece informações descritivas das características gerais do veículo;

**VIS**
(*Vehicle Identification Section*)
**Seção Indicadora do Veículo**: terceira e última seção do VIN, composta por **8 caracteres**, que apresenta a combinação de caracteres para distinção dos veículos em produção;




VOLTAR AO SUMÁRIO

## 3.4. PENALIDADES ADMINISTRATIVAS

As **penalidades administrativas**, previstas no Código de Trânsito Brasileiro - **CTB**, relacionadas à sinalização dos veículos, são as seguintes:

**Art. 230**

Conduzir o **veículo**:

**I** - com
- ✓ o **lacre**,
- ✓ a **inscrição do chassi**,
- ✓ o **selo**,
- ✓ a **placa**

ou

**qualquer outro elemento** de identificação do veículo **violado** ou **falsificado**;

**II** - (...)
**III** - (...)

**IV** - **sem** qualquer uma das **placas de identificação;**

**V** - (...)

**VI** - **com** qualquer uma das **placas de identificação** **sem condições** de **legibilidade** e **visibilidade**:

INFRAÇÃO
**Gravíssima**

PENALIDADES
**Multa** e **Apreensão do veículo**

MEDIDA ADMINISTRATIVA
**Remoção do veículo**

**Art. 237**

Transitar com o **veículo**:

em **desacordo**

com as **especificações**, e
com a **falta** de **inscrição** e **simbologia** necessárias à sua **identificação**, quando **exigidas** pela legislação:

INFRAÇÃO
**Grave**

PENALIDADE
**Multa**

MEDIDA ADMINISTRATIVA
**Retenção do veículo para regularização**

VOLTAR AO SUMÁRIO

# 4. ILUSTRAÇÕES

## 4.1. CHASSI E MONOBLOCO

**Chassi** automotivo é o esqueleto no qual todos os sistemas mecânicos do veículo são acoplados e onde é **gravado o VIN** (Número de Identificação do Veículo).

Os modelos de chassi mais comuns são: o **tipo escada** e o **tipo monobloco**. Enquanto o primeiro - conhecido popularmente apenas como "**Chassi**"- é formado por duas vigas longitudinais (**longarinas**), o segundo - chamado de "**Monobloco**"- é uma estrutura única utilizada na maioria dos veículos de passeio[3].

CHASSI TIPO ESCADA
"CHASSI"
Imagem: Internet

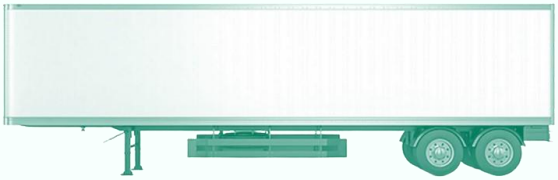
CHASSI TIPO MONOBLOCO
"MONOBLOCO"
Imagem: Internet

## 4.2. REBOQUE E SEMIRREBOQUE

O **ANEXO I do CTB** define **Reboque** como veículo destinado a ser engatado atrás de um veículo automotor e **Semirreboque** como veículo de um ou mais eixos que se apoia na sua unidade tratora ou é a ela ligado por meio de articulação.

Com a edição da Lei nº 14.562/2023, ambos passaram a integrar o tipo penal previsto no **art. 311 do Código Penal**.

REBOQUE
Imagem: Internet



SEMIRREBOQUE
Imagem: Internet

[3] Furtado, Daniel C., "ANÁLISE ESTRUTURAL DE CHASSI DE VEÍCULOS AUTOMOTIVOS", Monografia para obtenção do título de Bacharel em engenharia automotiva, Universidade de Brasília - UnB, 2013.

VOLTAR AO SUMÁRIO

# 5. ARTIGOS

A seguir, alguns artigos disponibilizados na internet sobre a **Lei nº 14.562/2023**.
(em ordem cronológica)

**Clique** no **título** para ler o texto na íntegra

- Lei 14.562/23: Altera o art. 311 do CP para ampliar as condutas puníveis na adulteração de sinal identificador de veículo

**ROGÉRIO SANCHES CUNHA**
Professor da Escola Superior do Ministério Público dos Estados de São Paulo, Mato Grosso e Santa Catarina. Professor de Direito Penal e Processo Penal. Promotor de Justiça/MPSP.
**Fonte:** https://meusitejuridico.editorajuspodivm.com.br/
**Publicado em** 27/04/2023.

- Artigo 311 do Código Penal. Alterações promovidas pela Lei 14.562/2023

**FELIPE GONÇALVES MARTINS**
Pós-Graduado em Direito Penal e Criminal pela Universidade Cândido Mendes (RJ). Pós-Graduado em Direito Constitucional pela Faculdade Única (MG). Pós-Graduado em Direito Administrativo. Delegado de Polícia/PCPR.
**Fonte:** www.jus.com.br/
**Publicado em** 1º/05/2023.

- Novas tipificações e implicações na subtração e na adulteração de veículos

**ADRIANO SOUSA COSTA**
Mestre em Ciência Política pela UFG. Doutorando em Ciência Política pela UnB. Membro da Academia Goiana de Direito. Professor. Delegado de Polícia/PCGO.
**EDUARDO FONTES**
Professor da Academia Nacional de Polícia, especialista em Segurança Pública e Direitos Humanos pelo Ministério da Justiça. Delegado de Polícia Federal.
**PAULO LUDOVICO EVANGELISTA DA ROCHA**
Especialista em Direito Constitucional pela Universidade Anhanguera. Delegada de Polícia/PCGO.
**Fonte:** www.conjur.com.br
**Publicado em** 02/05/2023.

VOLTAR AO SUMÁRIO

- A Lei Nº 14.562, de 26 de Abril de 2023 e o crime de adulteração de sinal de identificador de veículo (Art. 311 do CP)

**KENJI ISHIDA**
Doutor em Interesses Difusos e Coletivos e Mestre em Direito Processual Penal pela PUC/SP. Promotor de Justiça/MPSP
**Fonte**: https://meusitejuridico.editorajuspodivm.com.br/
**Publicado em** 27/04/2023.

- Placa artesanal e adulteração de motor: veja os novos crimes do artigo 311 do CP

**FERNANDO CAPEZ**
Mestre pela USP, Doutor pela PUC. Procurador de Justiça/MPSP.
**Fonte:** www.conjur.com.br
**Publicado em** 11/05/2023.

- Adulteração de sinal identificador de veículo automotor: inovações promovidas pela Lei 14.562

**BRUNO GILABERTE**
Mestre em Direitos Fundamentais e novos direitos. Presidente da banca de Direito Penal do concurso para Delegado de Polícia do Rio de Janeiro. Delegado de Polícia/PCRJ.
**MARCUS VINÍCIUS LOPES MONTEZ**
Mestre em Direito. Delegado de Polícia/PCRJ
**Fonte:** www.jusbrasil.com.br
**Publicado em** 05/2023

# 6. VÍDEOS

Veja a seguir, alguns debates e aulas disponibilizados na plataforma *YouTube*.

**Clique** na **imagem** para assistir ao conteúdo.

## Alteração do artigo 311 do CP

Canal Alguma Dúvida

EXPOSITORA

**Patrícia Vanzolini**
Advogada.
Doutora em Direito Penal.
Presidente da OAB/SP
(Biênio 2022/24).

## Alterações no artigo 311 do Código Penal

Canal Felipe Martins - Delegado

EXPOSITOR

**Felipe Gonçalves Martins**
Delegado de Polícia/PCPR

# 7. REDES SOCIAIS

Veja o que foi divulgado em alguns perfis oficiais do *Instagram*.
Para acessar, você deve estar logado(a) em sua conta pessoal.

**Clique** no endereço com @ no início, para ver a **página da instituição**.
Para ver a **postagem**, **clique** na imagem.

CÂMARA DOS DEPUTADOS
@camaradosdeputados

ESCOLA SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO PARÁ
@escoladppa

ROGÉRIO SANCHES CUNHA
@rogeriosanchescunha

FLÁVIO MILHOMEM
@prof.flaviomilhomem

VOLTAR AO SUMÁRIO

# ☞ SOBRE O CADICRIM

Cadicrim
Centro de Apoio da
Seção de Direito Criminal

Instituído por meio da Portaria Conjunta nº 9.765/2019, publicada no DJe de 26/06/2019, o **Centro de Apoio da Seção de Direito Criminal** – **Cadicrim** tem como missão auxiliar os Desembargadores, Juízes e servidores integrantes da **Seção de Direito Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo** em pesquisas de jurisprudência, doutrina e legislação.

O **Cadicrim** também produz materiais de apoio nos quais divulga notícias, julgados e alterações legislativas relevantes ao Direito Criminal.

**CONTATO**

✉ cadicrim.diretoria@tjsp.jus.br
✉ cadicrim.pesquisa@tjsp.jus.br

Para mais informações, acesse **nossa página**:

http://www.tjsp.jus.br/SecaoDireitoCriminal/SecaoDireitoCriminal/Cadicrim

ou aponte a câmera do celular para o código abaixo:

VOLTAR AO SUMÁRIO